

NOTAS SOBRE A PESQUISA DAS DESIGUALDADES RACIAIS

E BIBLIOGRAFIA SELECIONADA

Carlos A. Hasenbalg  
fevereiro de 1990

F

353

CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS  
BIBLIOTECA

F  
353

Trabalho apresentado ao seminário internacional sobre "Desigualdades Raciais no Brasil Contemporâneo", CEDEPLAR-UFMG, Belo Horizonte, 6-9 de março de 1990.

Quem já passou pela experiência de trabalhar por mais de quinze anos com o tema das relações ~~das~~ desigualdades raciais no Brasil, como é o meu caso, dificilmente escapa à sensação de pertencer a um gueto minoritário dentro das ciências sociais brasileiras. Como é sabido, quem pertence a um gueto frequentemente é levado a ter sentimentos de impotência e frustração. Afinal de contas, os habitantes do gueto raramente são ouvidos pela maioria de fora. Ou a maioria finge que não escuta, que a conversa não é com ela.

Pensando nos brasileiros, o habitante do gueto às vezes acredita estar frente a um fenômeno colossal de inconsciência racial e se pergunta como é possível que esses brasileiros ainda entendam o país nos termos ditados por Gilberto Freyre há mais de 50 anos. Tenta explicar também como é possível que as pessoas pensem em democracia racial numa sociedade onde a democracia, a secas, sem qualificativos, tem existido em quantidade tão limitada. Os sociólogos do gueto concluem que a noção de democracia racial não passa de uma idealização prematura cujo efeito tem sido paralizar e abortar as poucas tentativas de gerar uma sociedade racialmente mais igualitária.

A sociologia do conhecimento praticada no gueto é muito simples e formula perguntas como esta: por que será que entre os cientistas sociais estrangeiros que estudam o Brasil, notadamente os norteamericanos, há um número proporcionalmente maior que se preocupa e escreve sobre temas raciais no Brasil? Uma resposta vem à mente e é que nos Estados Unidos o tema racial sempre teve um lugar mais central no âmbito do debate público e por isso conta com mais legitimidade na esfera acadêmica. No Brasil tudo se passa como se a magnitude dos problemas sociais e econômicos enfrentados hoje pelo país jogasse para um futuro indefinido a discussão do racismo, um problema aparentemente menor, quase que resolvido pela nova constituição no seu artigo 5º, parágrafo XLII. Sendo assim, continuam a aparecer interessantes relatórios de pesquisa sobre trabalhos de campo

em favelas que sequer mencionam a composição racial das mesmas, nem ques  
tionam porque há tantos negros e mestiços favelados. Por sua vez, os ci  
entistas políticos (ausência notória na questão) continuam publicando en  
saíos lúcidos sobre transição democrática e elaborando agendas para a  
construção da cidadania sem gastar uma palavra sobre racismo e desigual  
dades raciais. Neste ponto, políticos como Leonel Brizola, competindo  
por votos, parecem estar mais atentos sobre a situação racial.

Nosso sociólogo do gueto sabe que os brasileiros forjaram a  
sua auto-imagem de harmonia racial olhando-se no espelho de odiosos re-  
gimes racistas, como o Jim Crow do sul americano e o apartheid da Áfri-  
ca do Sul. Ora, o sistema Jim Crow já não mais existe e as recentes me-  
didas tomadas pelo Sr. F.W. de Klerk permitem antever, mais cedo ou mais  
tarde, o fim do apartheid. E o sociólogo se pergunta: onde irão olhar os  
brasileiros para alimentar a sua complacente auto-imagem racial quando  
o apartheid for uma coisa do passado?

Deixemos de lado o gueto para formular as três questões que  
este trabalho pretende tratar de maneira sucinta. Essas questões ou per-  
guntas são: (a) como tem sido tratado o problema das relações e das desi-  
gualdades raciais na literatura brasileira de ciências sociais; (b) o  
que sabemos hoje sobre desigualdades raciais no Brasil; e (c) o que po-  
de ser feito para diminuir as desigualdades raciais. Estas perguntas são  
ambiciosas, mas o tratamento delas será despretencioso e por demais sim  
plificado.

Começando pela primeira questão, é possível retroceder no tem  
po até o início dos anos de 1930, quando as desigualdades raciais são  
tratadas como um não-problema. Brancos, negros e mestiços se relacionam  
harmoniosamente (desde os primórdios da época colonial e tudo por obra  
e graça das distintivas propensões culturais dos portugueses) e todos  
os brasileiros, em geral bastante miscigenados, usufruem oportunidades  
semelhantes. Estamos no terreno da "democracia racial" freyreana. Nas  
duas décadas seguintes, de 1940 a 1950, entra em cena um tipo de pers-  
pectiva reducionista bastante influenciado pela obra de Freyre. Em resu

mo, é detectada a existência de preconceito contra o negro, mas o preconceito é de classe e não racial e se deve a baixa posição sócio-econômica do negro; o preconceito não levaria a comportamentos discriminatórios; a cor é um atributo secundário de localização das pessoas na estratificação social e, finalmente, afirma-se não existir barreiras à ascensão social de negros e mulatos. Foi somente na década de 1960 que a existência de preconceito, discriminação e desigualdades raciais no Brasil teve um reconhecimento inequívoco. Todavia, as perspectivas interpretativas desses fenômenos oscilaram entre o reducionismo e o assimilacionismo. No primeiro caso, raça e relações raciais foram tratadas como epifenômeno de outras categorias mais fundamentais, a saber, classe social, estrutura e dominação de classe. Na outra interpretação, preconceito e discriminação raciais são vistos como manifestações de atraso cultural, legado do passado escravista. Assim, a raça e as relações raciais são uma espécie de falsa aparência que uma ordem social futura ( a sociedade de classes ou o socialismo) deverá eliminar. Por trás desta perspectiva parece existir um modelo abstrato de sociedade industrial (ou ~~de~~ ordem social burguesa ) em que tendencialmente o mérito individual no mercado competitivo é o único determinante das chances de vida. Revisando criticamente estas perspectivas teóricas sugerir em outro lugar que o racismo, como ideologia e conjunto de práticas que se traduzem na subordinação social dos não-brancos, é mais do que um reflexo epifenomênico da estrutura econômica ou um instrumento conspiratório usado pelas classes dominantes para dividir os trabalhadores. A persistência histórica do racismo não deve ser explicada como mero legado do passado, mas como servindo aos complexos e diversificados interesses do grupo racialmente dominante no presente. Foi somente na segunda metade da década de 1970 que a raça (ou a cor), como atributo socialmente elaborado, passou a ser tratada como um esquema classificatório e um princípio de seleção social que estão na base da persistência e reprodução de desigualdades sociais e econômicas entre brasileiros brancos e não brancos. Partindo desta nova ótica é possível propor a

idêia de que a raça ou a filiação racial deve ser tratada como uma variável ou critério que tem um peso determinante na estruturação das relações sociais, tanto no sentido objetivo quanto subjetivamente. Objetivamente na medida em que a raça é um determinante importante das chances de vida das pessoas. Subjetivamente no sentido de pertencimento racial (mesmo não sendo, no caso do Brasil, um atributo unívoco e sim mais relacional e situacional) estar associado a identidades raciais que implicam uma socialização e aprendizado do lugar de diferentes grupos raciais no espaço e hierarquização social.

Isto nos leva a segunda questão relativa ao que sabemos sobre desigualdades raciais no Brasil. O esboço de resposta a esta questão será formulado seguindo aproximadamente a divisão temática da bibliografia selecionada que acompanha este texto. Numa primeira aproximação, pode-se dizer, por um lado, que sabemos bastante e, por outro lado, pouco sobre as desigualdades raciais. Sabemos bastante no sentido de que a pesquisa elaborada durante os últimos quinze ou vinte anos não deixa sombras de dúvida sobre uma série de fatos peremptórios. Logo de início, sabemos que os brasileiros que nas estatísticas oficiais se auto-identificam com as categorias de cor preta e parda estão expostos a taxas de mortalidade infantil substancialmente mais elevadas que a dos brancos. Da mesma forma, a expectativa de vida ao nascer de pretos e pardos é notadamente inferior à dos brancos. Crianças não-brancas (pretas e pardas) completam menos anos de estudo do que as brancas, mesmo quando se controla ou iguala por origem social. Os não-brancos estão expostos à discriminação racial no mercado de trabalho e, de um modo geral, enfrentam uma estrutura de oportunidades sociais que os coloca em desvantagem relativamente ao grupo branco. Portanto, sabemos que as chances de vida inferiores a que pretos e pardos estão expostos em decorrência do racismo passado e presente começa no momento da concepção e acompanha as pessoas ao longo de todo o seu ciclo de vida.



Por outro lado, sabemos pouco se o que se espera é que a ainda incipiente bibliografia sobre o tema tenha um impacto sobre a opinião pública que leve a uma modificação da auto-imagem racial dos brasileiros, ou se o que se pretende é iniciar uma discussão em torno de linhas de ação orientadas no sentido de diminuir as desigualdades raciais existentes.

A pesquisa sociológica dos últimos vinte anos sobre desigualdades raciais tem sido desenvolvida por cima de um vazio de informação histórica sobre as relações raciais e a população negra depois da abolição. Durante o mesmo período, os estudos sobre escravidão no Brasil aumentaram tanto em quantidade quanto em nível de sofisticação. O negro entra na historiografia brasileira enquanto escravo. Sua história social posterior a 1888 tem sido amplamente negligenciada, como sugerem os poucos títulos da bibliografia. Até mesmo a população negra livre durante a escravidão (mais numerosa do que a população escrava no século XIX) não tem se constituído em foco de investigação dos historiadores. Nas obras que tratam da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, normalmente não é feito o registro da cor destes novos trabalhadores livres depois de 1888. Este aparente descaso dos historiadores com o negro no Brasil pós-escravidão pode se dever em parte a ausência de informações censitárias sobre cor da população no período crucial de 1890 a 1940 (os censos de 1900 e 1920, o segundo prefaciado por Oliveira Vianna em plena época de embranquecimento, não registraram a cor da população e em 1930 simplesmente não houve levantamento censitário). Apesar desta falta irreparável, nem tudo está perdido e outras fontes que não os censos (empresas públicas e privadas, jornais, manicômios, forças armadas, sindicatos, prisões, sistema judicial, etc.) existem, como pode ser visto nos trabalhos de Sam Adamo, Cleber Maciel e G. Reid Andrews. As testemunhas vivas deste passado republicano, os negros idosos, continuam morrendo aos poucos, como é natural que ocorra, sem que ninguém os entreviste e guarde as suas memórias.

Os demógrafos no Brasil são bons e poucos. Por serem poucos, bons e mal remunerados, alguns sucumbem a tentadores contratos de organismos internacionais ou de universidades estrangeiras. Assim, o time fica desfalcado e, como nas outras áreas, a energia gasta em estudos demográficos sobre os grupos de cor é muito reduzida. Desde a época de Giorgio Mortara no IBGE, nos anos 40 e 50, até o final dos anos 80, a demografia racial no Brasil é um vazio mal preenchido por sociólogos aficionados às estatísticas. Distinguidos cientistas sociais, afinados com o espírito iluminista da época, vetaram a inclusão do quesito cor no censo demográfico de 1970. Apesar deste novo golpe da "democracia racial", hoje os dados disponíveis se avolumam. São os dos censos demográficos de 1960 e 1980, mais as várias PNADs com o quesito cor nos suplementos (1976, 1982 e 1986). Desde 1987 o IBGE passou o quesito cor para o corpo principal do questionário da PNAD e em dois ou três anos teremos os resultados do censo demográfico de 1990. Isto já invita a trabalhos não apenas fotográficos, de um momento só, mas a estudos longitudinais do comportamento das variáveis demográficas clássicas ao longo do tempo: natalidade, mortalidade, fertilidade, nupcialidade, etc. A este programa mínimo poderia ser acrescentado o estudo de outras dimensões sócio-demográficas pertinentes às desigualdades raciais, como é o caso dos padrões de migrações internas e urbanização dos grupos de cor. Nos últimos 40 anos tem se observado uma tendência consistente de diminuição proporcional dos grupos preto e branco, tendo como contrapartida o aumento percentual dos pardos. Estudos minuciosos dos determinantes destas mudanças na composição da população por grupos de cor devem entrar na futura agenda de pesquisa, da mesma forma que novas pesquisas que relacionem estrutura familiar com incidência da pobreza nos diferentes grupos de cor.

Apesar da hegemonia do paradigma teórico marxista nas ciências sociais de décadas passadas, não se consolidou no país uma tradição de análise da estrutura de classes e suas mudanças. Igualmente, desde a década

cada de 1950 a linha de estudos empíricos gerais sobre estratificação e mobilidade social é pouco desenvolvida, descontínua e na grande maioria dos casos deixou de incluir raça ou cor como critério de hierarquização social. Apesar destes precedentes magros, desde o final da década de 1970 vem sendo feito um conjunto de estudos específicos sobre estratificação racial e mobilidade social dos grupos de cor. Contudo, o já feito ainda é insuficiente para consolidar uma tradição de pesquisa nesta área. Mais ainda, esses trabalhos retratam a situação das desigualdades raciais no momento imediatamente posterior ao "milagre econômico" e as rápidas mudanças da estrutura social por ele promovidas. Faltaria agora atualizar essa incipiente linha de pesquisa captando os resultados dos anos 80, a "década perdida". Apenas para ilustrar, a repetição no suplemento da PNAD de 1988 das perguntas sobre mobilidade social usadas em 1973 e 1976 já sugere uma pesquisa comparando os dados de 76 e 88. Outro tema que pede para ser mais estudado é o das relações entre desenvolvimento econômico regional e padrões de desigualdade racial.

A área de educação e raça, estreitamente vinculada à anterior, da estratificação social, encontra-se na sua infância. Os poucos diagnósticos quantitativos sobre a situação educacional dos grupos de cor tem a companhia de outros poucos estudos qualitativos sobre racismo nos livros didáticos. O resto é terra incôgnita. As análises baseadas em dados agregados de censos e PNADs têm dado prioridade ao trânsito das crianças no sistema elementar de ensino, caracterizado pelo seu afunilamento, engarrafamento e produção do fracasso escolar, que afetam em maior medida às crianças não-brancas. Porque as crianças não-brancas obtêm menos educação que seus pares brancos da mesma origem social é algo que só poderá ser desvendado por uma estratégia de pesquisa que combine a análise de dados estatísticos agregados com surveys de unidades escolares e estudos qualitativos de processos intra-escolares. Outra área que merece atenção, já que até agora não foi tocada, é a da trajetória escolar dos poucos selecionados que conseguem completar o primeiro grau e continuar nos tramos de ensino mais elevados. Se as probabilidades de acesso ao ensino superior dos jovens brancos são 6 ou 7 vezes maiores do que as dos não-brancos,



estamos em frente a um problema de magnitude merecedora de estudo.

Por último, o tópico da participação dos grupos de cor no mercado de trabalho já conta com um mapeamento razoável. Mas, novamente, nem tudo está feito e o número de trabalhos neste tema ainda é pequeno. As pesquisas futuras nesta área poderiam privilegiar dois aspectos que me parecem importantes e para os quais os dados sobre emprego das PNADs são adequados. O primeiro diz respeito à atualização de informações sobre a participação de brancos e não-brancos no mercado de trabalho nos anos de 1980, a década perdida para o desenvolvimento. O outro aspecto se relaciona diretamente com a qualidade de vida de indivíduos e famílias e com o acesso ao sistema de bem-estar social e é o da participação nos mercados formais e informais de trabalho.

O futuro da pesquisa nestas áreas, leve-se em conta ou não este diagnóstico e a sua carga subjetiva, deve ser pensado em termos de âmbitos institucionais que propiciem o seu desenvolvimento. O que já foi feito está vinculado ao nome de uns poucos habitantes do gueto, uns poucos centros de pesquisa e às associações de pesquisa e pós-graduação como a ANPOCS e a ABEP. Grupos de trabalho constituídos dentro de estas organizações nem sempre funcionam a contento e talvez seria o caso de pensar-se na possibilidade de promover encontros ad-hoc e de caráter multidisciplinar sobre este tema específico.

A terceira questão, sobre o que pode ser feito para diminuir as desigualdades raciais, só poderá ser tratada aqui de maneira abstrata e simplificada, ou seja, independentemente das especificidades das conjunturas política e econômica.

Entendo que há três linhas principais de ação para enfrentar o problema. O primeiro dos caminhos é o legal e consiste em evitar que a nova legislação que criminaliza o racismo se transforme em letra morta e dispositivo iníquo, como aconteceu com a lei Afonso Arinos. Isto significa dizer que a aplicação da lei deverá depender mais da mobilização dos setores interessados da sociedade civil do que da atuação espontâ-

nea dos aparelhos de estado. Este caminho visa garantir a igualdade de oportunidades individuais através da remoção das barreiras artificiais à competição impostas pela discriminação racial. A remoção de barreiras raciais pode beneficiar mais, em princípio, aos membros do grupo racialmente subordinado que já contam com mais recursos para forçar o reconhecimento dos seus direitos, alterando pouco a estrutura acumulada de desigualdades raciais e a situação dos setores menos privilegiados do grupo subordinado. Um aspecto positivo do caminho legal está no seu efeito educativo sobre a sociedade como um todo e no aumento dos custos do comportamento discriminatório.

O segundo caminho está indicado pelas políticas chamadas de ação afirmativa nos Estados Unidos e de ação positiva em alguns países europeus. Esta linha de ação visa a igualdade de direitos de grupos e consiste no tratamento preferencial baseado no pertencimento a grupos (raça ou gênero) para compensar a discriminação no passado. É o sistema de quotas para minorias que nos Estados Unidos, a partir do célebre caso Bakke, levou ao chamado "white backlash" ou reação negativa de grupos brancos que se sentiram afetados nos seus interesses. Particularmente, sou pessimista quanto à aplicação deste tipo de programa no Brasil. As dificuldades começariam no momento de encontrar apoio político para passar a legislação adequada e continuariam na hora de decidir quem é negro (ou não-branco) para poder candidatar-se ao sistema de quotas. Considero, porém, que na esfera educacional programas deste tipo poderiam ser realizados através de investimentos maciços em escolas e regiões escolares que atendem à clientela mais carente.

O terceiro caminho é o que William J. Wilson propugna para os Estados Unidos e denomina de políticas não-racialmente específicas. Neste caso, trata-se de políticas social-democráticas e redistributivas destinadas a igualar as chances de vida para todos, independentemente de considerações raciais. São programas variados para combater a pobreza nas suas raízes e garantir um acesso mínimo às dimensões da cidadania. É claro que no caso brasileiro este tipo de programa beneficiaria

diretamente à população não-branca submetida às maiores privações. É também óbvio que a implementação destas políticas está a depender em grande medida do tipo de governo eleito, da correlação de forças políticas e da obtenção de um padrão de desenvolvimento sustentado, que fa cilite a redistribuição.

## BIBLIOGRAFIA SELECIONADA (1970-1990)

### Nota Introdutória

Esta bibliografia foi compilada, na sua quase totalidade, a partir da seção sobre desigualdades raciais do Cadastro da Produção Intelectual sobre Escravidão e Relações Raciais no Brasil: 1970-1988, elaborado no Centro de Estudos Afro-Asiáticos pela equipe formada por Teresa Cristina Nascimento Araújo (coordenadora), Olívia Gomes e Luiz Claudio Barcelos. Este cadastro, ainda não publicado, contém ainda outras seções sobre escravidão, cultura e identidade negras e religiões afro-brasileiras. Às obras registradas no cadastro foram acrescentadas apenas algumas dos anos 1989 e 1990 que são do meu conhecimento.

Tratando-se de uma bibliografia selecionada, não se pretende que ela seja exaustiva. O intuito é o de fornecer um panorama da produção mais pertinente sobre o tema no período dos vinte anos considerados. Como todo trabalho classificatório, esta bibliografia admite algum grau de arbitrariedade na distribuição dos trabalhos dentro dos temas e na própria divisão dos temas. Assim, por exemplo, os trabalhos sobre nupcialidade, casamentos interraciais e miscigenação, bem como os referidos à família e mulher negra, foram destacados do tema mais inclusivo de demografia e estudos populacionais simplesmente pelo fato de existir um número de obras sobre esses assuntos que justifica a separação.

A seleção de obras foi <sup>feita</sup> através de prioridade concedida àquelas que utilizam dados estatísticos apropriados à análise quantitativa das desigualdades raciais. Contudo, este critério não foi aplicado no caso dos trabalhos listados sob as rubricas de bibliografia geral, história pós-abolição e educação.

Agradecerei as referências a trabalhos que tenham escapado a este levantamento bibliográfico e que possam ser incorporadas a uma nova versão atualizada.

1- Bibliografia geral

- AZEVEDO, Thales de. Democracia Racial. Petrópolis, Vozes, 1975. 107p.
- BEOZZO, José Oscar. "Situação do Negro na Sociedade Brasileira . Revista de Cultura Vozes, Petrópolis, 77(7): 485-497, set.1983.
- BOJUNGA, Cláudio. "O Brasileiro Negro 90 Anos Depois . Civilização Brasileira.
- CHAIA, Miguel Wady. Discriminação Racial . São Paulo em Perspectiva. São Paulo, 2 (2/3): 7-14, maio/dez. 1986.
- DEGLER, Carl N. Nem Preto nem Branco; escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos, Rio de Janeiro, Editorial Labor do Brasil, 1976, 337p. (Coleção de Bolso Labor, 2). Traduzido de Neither Black nor White, slavery and race relations in Brazil and the United States, New York/London, MacMillan, 1971, 302p.
- DZIDZIENYO, Anani. The Position of Blacks in Brazilian Society, London Minority Rights Group, 1971, 22p. (Minority rights group report, 7).
- FERNANDES, Florestan. O Negro no Mundo dos Brancos, São Paulo, DIFEL, 1972, 285p.
- \_\_\_\_\_. 25 anos depois: o negro na era atual, in Fernandes, F., Circuito Fechado; quatro ensaios sobre o "poder institucional", São Paulo, Hucitec, 1976, 224p. p.64-93. (Coleção Estudos Brasileiros, 6).
- FONTAINE, Pierre-Michel, ed., Race, Class and Power in Brazil, Los Angeles, Center for Afro-American Studies, 1985, 160p.
- HASENBALG, Carlos A. Desigualdades Raciais no Brasil, DADOS, Rio de Janeiro, (14):7-33, 1977. Também em Hasenbalg, C.A. e Silva, N. do V., Estrutura Social, Mobilidade e Raça, São Paulo, Vértice, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1988, 200p. p. 164-182. (Grande Brasil Veredas, 7).
- \_\_\_\_\_. Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil, Rio de Janeiro, Graal, 1979, 302p. (Biblioteca de Ciencias Sociais; Série Sociologia, 10). Traduzido de Race Relations in Post-Abolition Brazil; the smooth preservation of racial inequalities, Berkeley, University of California, 1978, Sociology-Ph.D.



- \_\_\_\_\_ & Huntington, Suellen. Brazilian Racial Democracy: Relaty or Myth?, Humboldt Journal of Social Relations, 10(1):129-42, fall/winter, 1982/83.
- \_\_\_\_\_ . Race Relations in Modern Brazil, IN The Brazilian Curriculum Guide Specialized Bibliography, Albuquerque, The Latin American Institute, 1985, 23p.
- \_\_\_\_\_ . O Negro nas Vésperas do Centenário, Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, (13):79-86, março 1987.
- HASENBALG, Carlos A. & Nelson do Valle Silva. Industrialization, Employment, and Stratification in Brazil, IN Wirth, John D., Nunes, Edson de O. and Bogenschild, Thomas E.(eds.), State and Society in Brazil, Boulder and London, Westview Press, 1987, 349p., cap. 3,p. 59-102. Traduzido como Industrialização e Estrutura de Emprego no Brazil: 1960-80, in Hasenbalg, C.A. e Silva, N. do V., Estrutura Social, Mobilidade e Raça, São Paulo, Vértice, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1988, 200p. p. 13-60.
- IANNI, Octavio, Escravidão e Racismo, Anais de Historia, Assis, 7:66-94, 1975
- \_\_\_\_\_ . Escravidão e Racismo, São Paulo, HUCITEC, 1978, 146p. (Coleção Estudos Brasileiros).
- MOURA, Clóvis. Sociologia do Negro Brasileiro, São Paulo, Atica, 1988, 250p. (Série Fundamentos, 34).
- NASCIMENTO, Abdias do. O Genocídio do Negro Brasileiro; processo de um racismo mascarado, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, 184p. (Coleção Estudos Brasileiros, 30).
- ROLNIK, Raquel. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro), Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, (17): 29-41, setembro 1989.
- SKIDMORE, Thomas E., Toward a Comparative Analysis of Race Relations Since Abolition in Brazil and the United States, Journal of Latin American Studies, Cambridge, 4(1): 1-28,1972. Traduzido como O Negro no Brasil e nos Estados Unidos, Argumento, Rio de Janeiro, 1(1): 25-45, outubro 1973

\_\_\_\_\_. Preto no Branco, raça e nacionalidade no pensamento brasileiro, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. Traduzido de Black into White, race and nationality in Brazilian Thought, New York, Oxford University Press, 1974.

SUNDIATA, I.K.,. Late Twentieth Century Patterns of Race Relations in Brazil and the United States, PHYLON, Atlanta, 48(1): 62-76, march 1987.

## 2 - História pós-abolição:

ADAMO, Sam C.. The Broken Promise; race, health and justice in Rio de Janeiro; 1890-1940, New Mexico, University of New Mexico, 1983, 340p., History - Ph.D.

ANDREWS, George Reid. Black Workers and White: São Paulo, 1888-1929, Hispanic American Historical Review, Durham, 68(3): 491-524, 1988.

\_\_\_\_\_. Racial Democracy and Political Democracy: Black Protest in São Paulo, Brazil, 1888-1988, unpublished initial draft.

CHALLOUB, Sidney. Trabalho, Lar e Botequim ; o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Epoque, São Paulo, Brasiliense, 1986, 249p.

HASENBALG, Carlos A. Diagnóstico sobre as Desigualdades Raciais no Brasil; notas para uma história social do negro brasileiro, North-South: Canadian Journal of Latin American Studies, (4), 1979, p.

MACIEL, Cleber da Silva. Discriminação Raciais: Negros em Campinas (1888-1921), Campinas, UNICAMP, 1987, 209p. (Coleção Tempo e Memória, série Campiniana, 1).

SANTOS, Joel Rufino. História do Negro no Brasil, São Luís, Centro de Cultura Negra do Maranhão, 1985, 100p.

SCARANO, J.M.L., Castro, J.B. de, Aissar, A.G., A Mortalidade entre os Filhos de Trabalhadores Pretos e Brancos Estrangeiros numa Região Cafeeira Paulista: 1875-1939, Revista de História, São Paulo, 46(94): 603-17, Abril/Junho 1973.

SILVA, Ledonice Damasio da. Os Processos de Inserção e Rejeição Sócio-Econômica do Negro: uma contribuição para a história de Cantagalo, Brasília, UnB, 1980, ICH-História - mestrado.

3 - Demografia e estudos populacionais:

- ARAUJO, Teresa Cristina N. O Princípio Classificatório "Cor", sua Complexidade e Implicações para um Estudo Censitário, Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 36(3):91-103, jul/set. 1974.
- BERCOVICH, A. M., Berquó, E., TAMBURRO, E.M. Estudos da Dinâmica Demográfica da População Negra no Brasil, Campinas, UNICAMP/NEPO, 1986, 59p. (Textos NEPO,9).
- BERCOVICH, Alícia M. Fecundidade Marital e Cor dos Cônjuges: uma hipótese revisitada. In Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 6, Olinda, 16-20 de outubro de 1988, Anais, 1988, v. 3, p.275-88.
- BERQUÓ, Elza Salvatori. Demografia da Desigualdade; algumas considerações sobre os negros no Brasil, in Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 6, Olinda, 16-20 de outubro de 1988, Anais, s.l., ABEP, 1988, v.3, p. 89-110.
- LAMOUNIER, Bolivar. Composição da População Brasileira: Cor. Cadernos do CEBRAP, São Paulo, 15:18-22,1976.
- LOVELL, Peggy. The myth of racial equality: a study of race and mortality in Northeast Brazil. Latinamericanist, Gainesville, 22(2): 1-6,1987.
- MORELL, M.G.G., SILVA, Rebeca de S. A mortalidade intra-uterina por cor: um estudo no município de São Paulo. In Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 6, Olinda, 16-20 de outubro de 1988, Anais, s.l., ABEP, 1988, v.3, p.359-92.
- TAMBURRO, E.M.G., BERQUÓ, E., BERCOVICH, A. Mortalidade Infantil da população negra brasileira; 1960-1980; notas preliminares, Campinas, s.ed., 1987, 27.
- WOOD, Charles. Census categories and subjective classifications of race in Brazil, Department of Sociology and Center for Latin American Studies, University of Florida, Gainesville, 28p. (unpublished manuscript).

WOOD, Charles H. & CARVALHO, José A. M. de. Racial inequality and child mortality. In Wood e Carvalho. The Demography of Inequality in Brazil, Cambridge, Cambridge University Press, 1988, p.135-153.

#### 4 - Nupcialidade, casamentos interracialais e miscigenação:

AZEREDO, P.R., SILVA, J.S. da, TOSTA, Z.T.. Fatores sócio-culturais condicionantes da miscigenação branco-negro; notas preliminares. Revista do Museu Paulista, São Paulo, 24:159-73, 1977.

BERQUÓ, E.S., BERCOVICH, A.M., TAMBURO, E.M.G. Nupcialidade da população negra no Brasil, s.ed., 1987, 38p.

HASENBALG, C.A., SILVA, N. do V., BARCELOS, L.C. Notas sobre miscigenação racial no Brasil, Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, (16):188-197.

LAZO, Aida C.G.V. A nupcialidade da população feminina negra; estado de São Paulo. In Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 6, Olinda, 16-20 de outubro de 1988, Anais, s.l., ABEP, 1988, v.3, p. 289-321.

PEREIRA, Doralice B. & SILVA, Lea M. da. A Miscigenação harmoniosa e a reprodução das diferenças. In Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 6, Olinda, 16-20 de outubro de 1988, Anais, s.l., ABEP, 1988, v.3, p. 275-88.

SILVA, Nelson do V. Distância Social e casamento inter-racial no Brasil. Estudos Afro-Asiáticos, (14): 54-84, set. 1987.

#### 5 - Família e mulher negra:

ARAÚJO, T.C.N., OLIVEIRA, L.E.G. da, PORCARO, R.M.. Repensando o lugar da mulher negra. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, (13):87-99, mar. 1987.

CARNEIRO, Sueli, SANTOS, Tereza, COSTA, Albertina G. de O. Mulher Negra. In Carneiro, Santos e Costa, Mulher Negra; Política Governamental e a Mulher, São Paulo, Nobel, 1985, 142p. p.1-54.

GONZALEZ, Lelia. A mulher negra na sociedade brasileira. In LUZ, Madel, T., org., O lugar da mulher; estudos sobre a condição feminina na sociedade atual, Rio de Janeiro, Graal, 1982, 146p. p.87-106 (Coleção Tendências,1).

PACHECO, Moema de P.T. A família negra; exame de algumas questões. Estudos Afro-Asiáticos, (13):100-9, mar. 1987.

\_\_\_\_\_. Família negra: um estudo de caso. In Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 6, Olinda, 16-20 de outubro de 1988, Anais, s.l., ABEP, 1988, v.3, p.141-67.

\_\_\_\_\_. As desigualdades raciais em dois tipos de famílias. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, (16):198-226.

QUEIROGA, Maria M. A família negra e a questão da reprodução. In Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 6, Olinda, 16-20 de outubro de 1988, Anais, s.l., 1988, v.3, p.323-40.

REA, Marina F. Amamentação na população da raça negra em São Paulo. In Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 6, Olinda, 16-20 de outubro de 1988, Anais, s.l., ABEP, 1988, v.3, p.393-410.

#### 6 - Classe, estratificação e mobilidade social:

BRITO, Reginalda P.R.L. Problemas da ascensão do negro em Salvador. Salvador, UFBA, 1983, 134p. FFCH - Ciências Sociais - mestrado.

HASENBALG, Carlos A. Raça, classe e mobilidade. In Gonzalez e Hasenbalg, Lugar de Negro, Rio de Janeiro, Marco Zero, 1982, 115p. p. 67-102. (Coleção 2 pontos, 3).

\_\_\_\_\_. Anotações sobre a classe média negra no Rio de Janeiro. Revista de Antropologia, São Paulo, (26): 53-9, 1983.

- HASENBALG, Carlos A. Race and socioeconomic inequalities in Brazil. In FONTAINE, Pierre-Michel, ed., Race, Class and Power in Brazil, Los Angeles, Center for Afro-American Studies, 1985, 160p. p.25-41. Traduzido como "Raça e mobilidade social". In Hasenbalg e Silva, Estrutura Social, Mobilidade e Raça, São Paulo, Vértice, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1988, 200p. p.164-182. (Grande Brasil Veredas, 7).
- PEREIRA, João B. B. Raça e classe social no Brasil. In D'INCAO, Maria Angela, org., O Saber Militante; ensaios sobre Florestan Fernandes, Rio de Janeiro, Paz e Terra, São Paulo, UNESP, 1987, 324p. p.151-60.
- REEVE, Richard P. Race and Social-Economic Mobility in a Brazilian Town, Washington University, 1974, 172p. - Anthropology - Ph.D
- \_\_\_\_\_. Race and social mobility in a Brazilian town. Luso-Brazilian Review, Madison, (14):236-53, Winter 1977.
- ROSEMBERG, Fulvia M. de B.M. Instrução, rendimento, discriminação racial e de gênero. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, 68(159): 324-55, maio/ago.1987.
- SILVA, Nelson do V. White-Nonwhite Income Differentials: Brazil-1960, Michigan, University of Michigan, 1978 - Sociology - Ph.D.
- \_\_\_\_\_. O preço da cor; diferenciais raciais na distribuição de renda no Brasil. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 10(1):21-44, abr. 1980.
- \_\_\_\_\_. Cor e o processo de realização sócio-econômica, DADOS, Rio de Janeiro, 24(3):391-409, 1981. Também em Hasenbalg e Silva, Estrutura Social, Mobilidade e Raça, op.cit. p. 145-163 e em SILVA, Luis A. M. da et alli, Movimentos Sociais Urbanos, Minorias e Outros Estudos, Brasília, ANPOCS, 1983, 303p.p. 198-219 (Ciências Sociais Hoje, 2).
- SILVA, Nelson do V. Updating the cost of not being white in Brazil. In FONTAINE, P.M., ed. Race, Class and Power in Brazil, op.cit., p.42-55.

SKIDMORE, Thomas E. Race and class in Brazil: historical perspectives.

Luso-Brazilian Review, Madison, 20(1):104-18, 1983. Também em Fontaine, ed., Race, Class and Power in Brazil, op.cit. p. 11-24.

SUPLICY, Eduardo M. A desigualdade social, racial e sexual. Revista de Economia Política, São Paulo, 2(4):129-38, out./dez. 1982.

## 7 - Educação:

DIAS, Maria T.R. Desigualdades Sociais e Oportunidades Educacionais: a produção do fracasso, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1979, 155p. - Sociologia - mestrado.

FIGUEIRA, Vera M. Preconceito racial; difusão e manutenção pela escola. Intercâmbio, Rio de Janeiro, 1(1):37-46, jan./abr. 1988.

\_\_\_\_\_. O preconceito racial na Escola. Estudos Afro-Asiáticos, 18 (no prelo).

GONÇALVES, Luis A. de O. O silêncio; um ritual pedagógico a favor da discriminação racial; um estudo da discriminação racial como fator de seletividade na escola pública de 1ª a 4ª série. Belo Horizonte, UFMG, 1985, FAE - Educação - mestrado.

HASENBALG, Carlos A. Desigualdades sociais e oportunidades educacional. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, (63): 24-26, nov. 1987.

\_\_\_\_\_ e Silva, Nelson do V. Raça e oportunidades educacionais no Brasil, Estudos Afro-Asiáticos, 18 (no prelo).



8 - Mercado de trabalho:

ARAÚJO, Teresa C.N., PORCARO, Rosa M. e OLIVEIRA, Lucia E.G. de. O lugar do negro na força de trabalho. In ALMEIDA, Maria H. de et alli. Trabalho e Cultura no Brasil, Brasília, ANPOCS, 1981, 410p. p.99-134. (Ciências Sociais Hoje, 1).

---

. O lugar do negro na força de trabalho, Rio de Janeiro, IBGE, 1983, 86p.

---

. Efeitos da crise no mercado de trabalho urbano e a reprodução da desigualdade racial. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, (14):98-108, set. 1987.

ARAÚJO, Teresa C. Nascimento & PORCARO, Rosa Maria. Crescimento econômico segmentação do mercado de trabalho e reprodução das desigualdades raciais. In Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 6, Olinda, 16-20 de outubro de 1988, Anais, s.l., ABEP, 1988, v.3, p. 237-74.

BAIRROS, Luiza H. de. O negro na força de trabalho. Cadernos do CEAS, Salvador, (104):55-61, jul./ago.1986.

---

. Pecados no paraíso racial, o negro na força de trabalho da Bahia; 1950-1980, Salvador, UFBA, 1987, 101p. FFCH - Ciências Sociais - mestrado.

---

. Pecados no paraíso racial; o negro na força de trabalho da Bahia; 1950-1980. In REIS, João J., org. Escravidão e Invenção da Liberdade, estudos sobre o negro no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1988, 323p. p. 289-323.

CHAIA, Miguel W. Negro, entre o trabalho forçado e o trabalho restrito. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, 2(2): 38-43, abr./jun. 1988.

GOMES, José C. de S. A dupla exploração e a discriminação do trabalhador negro nas indústrias petro-químicas de Camaçari, João Pessoa, UFPb, 1985 - Ciências Sociais - mestrado.

HERINGER, R.; PIRES, A.C.; TEIXEIRA, C.C., SANT'ANNA, W.; MELLO, F.V.

Negros; mercado de trabalho e questão racial no Brasil. Rio de Janeiro, IBASE, 1985, 17.

LOVELL, Peggy. Racial Inequalittes in the Brazilian Labor Market.

Gainesville, University of Florida - Sociology - Ph.D., 1989.

PORCARO, Rosa Maria. Desigualdade racial e segmentação do mercado de trbalho. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, 15: 208-217, 1988.